

# RELATÓRIO e CONTAS de 2010

Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa



**RIA FORMOSA  
POLIS LITORAL**  
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO  
DA ORLA COSTEIRA

Março 2011

*Jul*  
*OP*  
*EL*



**RIA FORMOSA**  
**POLIS LITORAL**  
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO  
DA ORLA COSTEIRA

## **RELATÓRIO E CONTAS DE 2010**

**(Março/2011)**



# Índice:

## I. Relatório de Gestão

<b>1. Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Governo da Sociedade.....</b>	<b>7</b>
2.1. Missão, Objectivos e Políticas da Sociedade .....	7
2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita.....	8
2.3. Transacções relevantes com entidades relacionadas .....	8
2.4. Outras transacções.....	8
2.5. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais .....	8
2.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais.....	10
2.7. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental .....	11
2.8. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo .....	18
2.9. Código de Ética.....	19
2.10. Sistema de controlo para protecção de investimentos e activos .....	19
2.11. Mecanismos adoptados com vista à protecção de conflitos de interesses.....	19
2.12. Divulgação da informação prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, no portal da empresa e no portal do SEE.....	20
2.13. Cumprimento dos deveres especiais de informação (Despacho MFAP n.º 14277/2008 23 Maio).....	21
2.14. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos accionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2009 .....	22
2.15. Cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas.....	22
2.16. Cumprimento da orientação constantes no despacho n.º 438/10-SETF de 10 de Maio, relativamente às normas de contratação pública.....	22
2.17. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no PEC.....	22
2.18. Implementação das medidas previstas no PEC ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços.....	22
2.19. Cumprimento do previsto no Art. 17.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado .....	23
<b>3. Estrutura Accionista.....</b>	<b>24</b>
<b>4. Actividade Desenvolvida em 2010 .....</b>	<b>24</b>
4.1. Funcionamento da Sociedade .....	24



4.2. Investimento e Financiamento .....	24
4.3. Acções desenvolvidas .....	24
<b>5. Orçamento.....</b>	<b>30</b>
5.1. Despesa Realizada.....	30
5.2. Financiamento Recebido .....	31
5.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário .....	33
<b>6. Análise Económica e Financeira.....</b>	<b>39</b>
6.1. Balanço.....	39
6.2. Gestão de Risco Financeiro.....	39
6.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores .....	42
<b>7. Proposta de Aplicação de Resultados .....</b>	<b>43</b>
<b>8. Informação Complementar .....</b>	<b>43</b>
8.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.....	43
8.2. Outras Obrigações Legais .....	43
8.3. Referências .....	44

## **II. Demonstrações Financeiras**

## **III. Certificação Legal das Contas**

## **IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único**



# I.

## Relatório de Gestão



## 1. Introdução

O Programa do XVII Governo Constitucional consagra para as zonas costeiras o desenvolvimento de uma política integrada e coordenada que favoreça a protecção ambiental e a valorização paisagística, mas que enquadre também a sustentabilidade e a qualificação das actividades económicas que aí se desenvolvem.

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objectivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho, determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais são reconhecidas de interesse público pela Resolução de Conselho de Ministros referida, tem como objectivo:

- > Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- > Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- > Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- > Potenciar os recursos ambientais como factor de competitividade, através da valorização das actividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

A execução do conjunto de operações de requalificação e valorização da orla costeira, que integram o "Polis Litoral", será assegurada por empresas públicas a constituir sob a forma de sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios territorialmente abrangidos.

O conteúdo operativo de cada uma das operações "Polis Litoral" deve constar de um plano estratégico, cuja aprovação deve ser precedida de avaliação ambiental de planos e programas nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a realizar pela respectiva sociedade gestora.

Foram identificadas cinco áreas que serão sujeitas a intervenção neste âmbito: Ria Formosa, Litoral Norte, Ria de Aveiro e, ainda, o Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Posteriormente, outras áreas poderão vir a ser abrangidas por este Programa.

Neste âmbito foi constituída, pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de Junho, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. — Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa —, sociedade comercial de capitais



exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé.

Esta sociedade tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respectivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

Na sequência da constituição da Sociedade e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do referido diploma, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa tendo por base o quadro estratégico da intervenção elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho nomeado por Despacho n.º 18 250/2006, de 3 de Agosto, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

A Sociedade iniciou a sua actividade em 07 de Julho de 2008 (data da 1ª Assembleia Geral), tendo havido uma 2ª Assembleia Geral em 15 de Setembro destinada a aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2008.

Em 24 de Julho de 2009 realizou-se a 3ª Assembleia Geral, tendo sido deliberado pelos Accionistas aprovar o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2008 e o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2009.

Em 03 de Dezembro de 2010 foi realizada a 4ª Assembleia Geral onde foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2009, o Plano de Actividades e Orçamento para 2010 e o Plano Estratégico.

Nesta mesma Assembleia Geral, foi proposta e aprovada por unanimidade a eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade do Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Senhor Doutor Jorge Manuel do Nascimento Botelho, em substituição do Senhor Engenheiro Francisco José Fernandes Leal, que apresentou renúncia ao cargo, para completar o mandato em curso, ao abrigo do disposto da alínea d) do nº 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nesta Assembleia Geral, foi também apresentada a Declaração e definidas as orientações sobre a Política de Remuneração dos membros de Conselho de Administração desta Sociedade.





## 2. Governo da Sociedade

A Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respectivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

### 2.1. Missão, Objectivos e Políticas da Sociedade

A Missão da Polis Litoral Ria Formosa é levar a cabo um conjunto de iniciativas e operações de requalificação e valorização ambiental e urbana na Área de Intervenção do Plano Estratégico, nomeadamente:

- A realização de projectos e acções que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, o que inclui acções de protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e da biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de actividades tradicionais ligadas aos recursos naturais desta faixa litoral, a requalificação e valorização dos pequenos aglomerados costeiros, a valorização dos núcleos piscatórios e a promoção da mobilidade sustentável, a valorização de espaços para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.
- A dinamização de actividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

A Polis Litoral Ria Formosa tem por objectivos:

- Integrar um conjunto de projectos/acções concordantes com as orientações estratégicas sectoriais e territoriais definidas para a Região do Algarve, no quadro da política nacional e regional subjacente ao QREN e seus programas operacionais;
- Materializar uma operação integrada, quer em termos de projectos/acções a realizar, quer em termos de actores públicos e privados a mobilizar;
- Desenvolver uma intervenção de requalificação e valorização desta zona costeira, de forma exemplar e diversificada, respondendo a situações de risco para pessoas e bens;
- Consubstanciar uma estratégia supra municipal e inter-sectorial, consensualizada entre os diversos agentes relevantes;
- Implementar uma estratégia integrada, coerente e de futuro para a Ria Formosa, assente em três grandes objectivos — *Valorizar o património, qualificar o território e dinamizar a sua vivência.*





## **2.2. Regulamentos Internos e Externos a que a Sociedade está sujeita**

O funcionamento da Polis Litoral Ria Formosa é regulado por um conjunto de procedimentos administrativos, que normalizam e sistematizam as suas actividades mais significativas e correntes.

A actividade da Polis Litoral Ria Formosa é assegurada no quadro do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com a Parque EXPO 98, S.A., através dos serviços prestados por esta empresa, os quais não se limitam às actividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projecto, envolvendo também as competências que são necessárias para assegurar a prossecução do objecto social da Polis Litoral Ria Formosa e a prestação de apoio aos seus Órgãos Sociais.

## **2.3. Transacções relevantes com entidades relacionadas**

No âmbito das intervenções do Polis Litoral Ria Formosa, foi protocolado em 2009 com a Câmara Municipal de Tavira, a execução da Obra da Marginal de Cabanas, suportando esta entidade o montante de 650.493,08€ (seiscentos e cinquenta mil quatrocentos e noventa e três euros e oito cêntimos), sendo este valor resultante da diferença do valor orçamentado em Plano Estratégico, assim como em Plano de Actividades e Orçamento, e o valor estimado da Empreitada, constante da proposta adjudicada vencedora do Concurso Público. O referido montante corresponde a 38% da Empreitada. Neste âmbito, os 38% dos custos realizados com esta obra, no exercício de 2010, que ascendem a 997.882,35€ foram registados na rubrica de Outros Gastos e Perdas e o referido proveito na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos.

## **2.4. Outras transacções**

As transacções efectuadas cumpriram o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro e constam, como exigido pelas normativas de contratação, da Base de Contratos do Estado.

Em 2010 não foram realizadas transacções fora das condições de mercado.

Não houve fornecedores que tivessem representado 5% do total de Fornecimentos e Serviços Externos com valor que seja superior a um milhão de euros.

## **2.5. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais**

O modelo de governo adoptado pela Polis Litoral Ria Formosa é o clássico, composto pelos seus Órgãos Sociais - Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único - de acordo com o previsto nos Estatutos da Sociedade. Os actuais Órgãos Sociais, que a seguir se enunciam, foram eleitos para o triénio 2008-2010:

### **Mesa da Assembleia Geral:**

- Presidente: João Pinto Guerreiro
- Secretário: José Norberto Correia Apolónia



A Assembleia Geral, para além dos poderes que tem por força da lei, funciona de acordo com o previsto nos Estatutos, sendo formada pelos accionistas da Sociedade.

O Conselho de Administração é constituído por 3 membros - um presidente e dois vogais - designados em Assembleia Geral, que elege também o presidente do Conselho de Administração.

**Conselho de Administração:**

- Presidente: Maria Valentina Filipe Coelho Calixto
- Vogal (1): João Manuel da Silva Alves
- Vogal (2): Francisco José Fernandes Leal (\*)
- Vogal (3): Jorge Manuel do Nascimento Botelho (\*\*)

(\*) Apresentou a renúncia em 10 de Novembro de 2010, exercendo as suas funções até 02 de Dezembro de 2010

(\*\*) Iniciou funções em 03 de Dezembro de 2010

Ao Conselho de Administração compete a gestão da actividade da Sociedade, nos termos do previsto nos seus Estatutos.

A Fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, com poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

**Fiscal Único:**

- Efectivo: DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representado por Rosalba M. Cocco Mercante Ferro
- Suplente: Manuel Lázaro Oliveira Brito

A Sociedade integra ainda um Conselho Consultivo, com funções, como o nome indica, meramente consultivas, e composto por um representante de cada uma das seguintes entidades:

**Conselho Consultivo:**

- > ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P. (que preside);
- > ARH - Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P.;
- > INAG - Instituto da Água, I.P.;
- > TP - Turismo de Portugal, I.P.;
- > INRB – Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P.;

- > IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.;
- > CCDDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;
- > Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
- > Município de Vila Real de Santo António;
- > Águas do Algarve, S.A.

## 2.6. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração e da Assembleia Geral não são remunerados. Refere-se, contudo, que a título de senhas de presença em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral auferiram:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		SENHAS DE PRESENÇA (*)
Maria Valentina Filipe Coelho Calixto	Presidente	12.250,00€
João Manuel da Silva Alves	Vogal (1)	8.800,00€
Francisco José Fernandes Leal	Vogal (2)	8.800,00€
Jorge Manuel do Nascimento Botelho	Vogal (2)	600,00€

ASSEMBLEIA-GERAL		SENHAS DE PRESENÇA
João Pinto Guerreiro	Presidente	-
José Norberto Correia Apolónia	Secretário	-

Relativamente ao Fiscal Único os valores auferidos em 2010 foram os seguintes:

FISCAL ÚNICO	REMUNERAÇÃO ANUAL (*)	OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES SUBSÍDIOS DE DESLOCAÇÃO
DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	13.255,00€ (Valor c/ IVA)	-

(\*) Valores totais de 2010.



Para além dos Órgão Sociais nomeados pelos accionistas, a Polis Litoral Ria Formosa conta no seu quadro de pessoal com seis funcionários, sendo que um deles desempenha as funções de apoio administrativo a esses Órgãos Sociais e, em particular, ao Conselho de Administração, um Técnico de Marketing & Comunicação, um Assessor de Imprensa e três Técnicos de Levantamentos e Contactos Sociais.

- 2.6.1. Cumprimento do previsto no Art. 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, quanto à redução, em 5%, das remunerações fixas mensais ilíquidas dos gestores públicos

Não aplicável. Não existem remunerações fixas mensais dos Administradores da Sociedade.

- 2.6.2. Cumprimento do despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, sobre a não atribuição de prémios de gestão nos anos 2010 e 2011 aos membros do órgão da administração

Não aplicável.

## **2.7. Análise de sustentabilidade da Sociedade nos domínios económico, social e ambiental**

### **2.7.1. Estratégias adoptadas**

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objectivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

No seguimento deste diploma, o Decreto-Lei n.º 92/2008, de 03 de Junho, constitui a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e participações minoritárias dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, sendo esta uma das primeiras operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira a entrar em fase de concretização.

A Ria Formosa, por estar inserida num dos principais destinos turísticos nacionais, por possuir uma enorme riqueza marinha, suporte de significativa actividade económica e por se constituir como um espaço natural único de elevada vulnerabilidade, devido às suas características lagunares, regista



enormes fragilidades e constitui um dos troços da linha de costa nacional em que a necessidade de compatibilizar diferentes expectativas e potencialidades assume maior relevância.

As características físicas, ecológicas, urbanas e sociais presentes na Ria Formosa, que marcam e diferenciam este território do contexto do litoral do sotavento algarvio, bem como as orientações e medidas de política nacional, regional e sectorial, a estratégia a prosseguir assenta na afirmação da Ria Formosa como uma zona costeira singular – referencial de sustentabilidade, através do reconhecimento da sua excelência ambiental e territorial, reflexo de uma gestão sustentável dos recursos, valores naturais e paisagísticos, dos usos e das actividades que aí se desenvolvem.

Para garantir o sucesso da visão estratégica definida afigura-se fundamental a aposta em três grandes dimensões:

- > A primeira, que agrega os projectos que visam garantir a preservação do sistema lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens, bem como a reabilitação e renaturalização das áreas degradadas fundamentais, para o equilíbrio biofísico da Ria Formosa — zona costeira preservada.
- > A segunda, que agrega as intervenções de qualificação do território, centrada na criação e melhoria das condições de base que permitam a vivência da Ria e das cidades que a envolvem — zona costeira vivida.
- > A terceira e última, que agrega um conjunto de projectos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria como factor de competitividade — zona costeira de recursos, garantindo uma posição de destaque da Ria Formosa no contexto da região em que se insere.

A cada um dos objectivos definidos foram associados Eixos Estratégicos, identificados na matriz de enquadramento, os quais agrupam Linhas de Intervenção que tipificam as acções/projectos nelas incluídas.

A definição destas Linhas de Intervenção teve por base um exercício de análise da natureza de acções/projectos a considerar, quer para a prossecução dos objectivos de cada um dos Eixos Estratégicos, quer para cumprimento das linhas programáticas e objectivos estratégicos definidos no PNPOT para a região do Algarve, e assumidos no seu respectivo plano regional.



### **Eixo 1 | Preservar o Património Natural e Paisagístico**

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objectivos estratégicos definidos para o Algarve de “Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável”

- > Protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco;
- > Promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável.

### **Eixo 2 | Qualificar a Interface Ribeirinha**

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objectivos estratégicos definidos para o Algarve de “Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo”.

- > Requalificação e revitalização das frentes de Ria;
- > Valorização de núcleos piscatórios;
- > Ordenamento e qualificação da mobilidade.

### **Eixo 3 | Valorizar os Recursos como Factor de Competitividade**

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objectivos estratégicos definidos para o Algarve de “Robustecer e qualificar a economia” e “Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer”.

- > Valorização de actividades económicas ligadas aos recursos da Ria;
- > Valorização dos “espaços-ria” para fruição pública;
- > Promoção da Ria Formosa suportada no património ambiental e cultural..

A imagem que transparece, deste litoral, é de um espaço natural, protegido e bem conservado em convivência harmoniosa com a presença e acção humana, mas também, a de um território descaracterizado pelo “abandono”. Este abandono resulta da perda de competitividade face à sua localização periférica, às fracas acessibilidades e ao desenvolvimento das regiões vizinhas onde existem cidades, ofertas de emprego e a promessa de uma outra qualidade de vida, atractiva para as gerações mais jovens.





### 2.7.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

No ano de 2010, duma forma geral, foram cumpridas as metas fixadas inicialmente, com a Sociedade a desenvolver as actividades relacionadas com o seu funcionamento orgânico, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão (contrato de prestação de serviços), estudos de base (Plano Estratégico e respectiva Avaliação Ambiental Estratégica) e actividades directamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos e Projectos.

### 2.7.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A actuação da Polis Litoral Ria Formosa assenta sobre um património de saber que começa pela própria cultura da Empresa e pelo domínio dos princípios de sustentabilidade social, económica e ambiental que promove o desenvolvimento de acções estratégicas orientadas para a competitividade, a justiça social, a gestão de recursos finitos e o combate às assimetrias regionais.

### 2.7.4. Identificação dos principais riscos para a actividade e para o futuro da Intervenção

Os principais problemas actualmente identificados pela Polis Litoral Ria Formosa são:

- i) Financiamento de expropriações e realojamentos;
- ii) A subscrição do Capital Social pelos accionistas Câmaras;
- iii) A obtenção da contrapartida nacional do financiamento em alguns projectos;
- iv) Garantia de obtenção de Financiamento Comunitário tal como previsto no Plano Estratégico.

### 2.7.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

#### ❖ Responsabilidade Social

##### - Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação

A Polis Litoral Ria Formosa promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.





- **Gestão adequada do capital humano da Sociedade, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores**

A Polis Litoral Ria Formosa aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A Polis Litoral Ria Formosa atenderá, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

- **Adopção de práticas ambientalmente correctas**

Um factor preponderante da estratégia da intervenção nesta matéria é a componente do marketing territorial que tem por objectivo informar e sensibilizar a população local para o âmbito da intervenção da Polis Litoral Ria Formosa.

Pretende-se dar a conhecer as alterações a realizar bem como desafiar os cidadãos para uma reflexão conjunta e alargada sobre as várias disciplinas da envolvente ambiental.

As acções de comunicação visam manter a população actualizada no que diz respeito ao desenvolvimento das acções da Polis Litoral Ria Formosa, seus projectos e obras, principalmente no decurso da sua implementação, promovendo acções diversas que provoquem o gradual estreitar de relações entre a população e as mutações da área intervencionada até à concretização dos objectivos finais da intervenção.

Os projectos de requalificação e valorização ambiental a implementar pela Polis Litoral Ria Formosa assentam fundamentalmente na promoção da qualidade de vida das populações, da competitividade e atractividade do Território, como orientações estratégicas para as suas intervenções.

Durante o ano de 2010, esta Sociedade implementou as seguintes medidas:

- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos para aquisição de Projectos, dando assim prosseguimento aos objectivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de normas/requisitos ambientais claros em todas as contratações de Projectos, sob a forma de um documento denominado Orientações Ambientais para Projectos de Concepção de Edifícios e de Espaços Públicos, que tem por objectivo fornecer orientações metodológicas



específicas para o desenvolvimento dos projectos a conceber no âmbito da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, com vista à integração harmoniosa de diversas vertentes ambientais;

- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos, para aquisição de Empreitadas, dando assim prosseguimento aos objectivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de Plano de Gestão Ambiental e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em todas as contratações de Empreitadas, assegurando assim a prestação do serviço com a minimização dos impactes ambientais associados. Visa ainda cumprir com o estipulado na RCM 65/2007, no que se refere a permitir que na fase de execução dos contratos devam prever-se mecanismos de efectivo controlo por parte das entidades adjudicantes, do cumprimento dos critérios ambientais que foram integrados e valorizados na fase de formação do contrato;

Ao nível do cumprimento das melhores práticas ambientais, foram implementadas as seguintes medidas:

- > Apetrechamento da Sede da Sociedade com sistemas de iluminação e de climatização modernos e eficientes;
- > Aquisição, em regime de aluguer, dos equipamentos de impressão e cópia, o que se traduz numa intenção de minimizar o consumo de matérias-primas;
- > Adopção de normas internas de funcionamento com vista à redução dos consumos energéticos e de matérias-primas, de que são claros exemplos a reutilização de papel e a impressão frente e verso.

#### ❖ **Desenvolvimento sustentável**

- **Criação de valor para os accionistas (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das actividades, etc.)**

A criação de valor traduz-se na requalificação urbana e ambiental, conferindo à população condições de excelência. Na Intervenção a realizar, a Polis Litoral Ria Formosa terá sempre a máxima cautela com os impactes ambientais causados.

#### - **Promoção da protecção ambiental**

Procurando reduzir os impactes ambientais provocados pelas actividades que desenvolve, a Polis Litoral Ria Formosa assume como linha de orientação a observância das boas práticas, visando a utilização racional dos recursos naturais, a optimização dos consumos de água e energia, a



aplicação de tecnologias menos poluentes e a promoção de destinos finais adequados para os resíduos produzidos. As políticas, procedimentos e práticas ambientais da Polis Litoral Ria Formosa têm em vista a melhoria contínua do desempenho ambiental.

**- Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)**

A política de recrutamento da Polis Litoral Ria Formosa baseia-se no princípio da igualdade de oportunidades e na renúncia a todas as formas de discriminação, nomeadamente, em razão do sexo, idade, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filiações sindicais.

**❖ Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade**

A Polis Litoral Ria Formosa dinamiza a sua actividade tendo sempre em vista a satisfação das necessidades públicas, através da concretização de variadíssimas acções, nomeadamente:

- > A reestruturação e consolidação das estruturas de protecção costeira existentes que assegurarão a manutenção equilibrada das zonas costeiras particularmente ameaçadas pelo avanço do mar, garantindo a manutenção dos diferentes usos do território abrangido, numa óptica sustentável de valorização e prevenção do risco;
- > A manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema costeiro que assegurará a estabilidade biofísica do mesmo;
- > O reordenamento e valorização de frentes marítimas com vista à contenção da ocupação em zonas de risco, que nalguns casos passará mesmo pela retirada programada dessas ocupações;
- > A reabilitação e valorização de zonas lagunares degradadas;
- > Acções de valorização ambiental em áreas naturais adjacentes a zonas balneares, criando áreas de lazer, percursos pedonais de interpretação da natureza, com espaços complementares ao turismo sol-mar;
- > A recuperação do património construído através da sua reabilitação e dinamização;
- > A valorização de espaços balneares, permitindo à sociedade usufruir das praias em toda a sua extensão e aproveitando todas as infra-estruturas criadas;
- > A criação de condições para a promoção de formas ambientalmente sustentáveis de fruição da zona costeira, nomeadamente pela criação de uma rede de circuitos cicláveis e pedonais;
- > Requalificação de frentes ribeirinhas, dando-lhes condições de vivência e usufruto pela população e visitantes, permitindo uma ligação mar-terra de qualidade;



- > Criação de condições para a preservação das tradições e manutenção das actividades económicas de base tradicional ligadas ao sector primário;
- > Criação de infra-estruturas e equipamentos de apoio à prática de desportos e actividades de lazer, dinamizando estas actividades e envolvendo utentes com sensibilidade e apreço pelo meio natural;
- > Criação de estruturas de apoio a actividades de descoberta da natureza
- > Criação de locais próprios para o estacionamento e estadia de auto-caravanas, que sejam mais favoráveis do ponto de vista ambiental mas igualmente favorecidos do ponto de vista da sua atractividade.
- > Criação de um equipamento de referência, âncora fundamental de um novo relacionamento entre a comunidade e o Parque Natural que, além de poder albergar instalações administrativas ou de investigação associadas ao Parque Natural/ICNB, incluirá um centro de interpretação e monitorização dos ecossistemas.

2.7.6. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Sociedade, designadamente pela via da investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

Na fase de concurso e no desenvolvimento dos estudos e projectos optou-se sempre pelas soluções mais adequadas para a Sociedade, tendo sempre em vista as boas práticas ambientais, a investigação, a inovação, o desenvolvimento e a integração de novas tecnologias no processo produtivo.

2.7.7. Planos de acção para o futuro

A Polis Litoral Ria Formosa limita a sua actuação pela prossecução do Plano Estratégico da Intervenção.

## **2.8. Avaliação do Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo**

Em função da sua especificidade, a Polis Litoral Ria Formosa, criada para a realização de um fim específico, não dispõe de características de sujeição a análises de sustentabilidade que não sejam sob a óptica económica.

Relativamente aos Princípios de Bom Governo dirigidos às empresas do sector empresarial do Estado enunciados na RCM n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro, estes são na sua generalidade cumpridos directa ou indirectamente, uma vez que a gestão está cometida a uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Parque EXPO.



A actividade da Sociedade é tutelada por um plano plurianual, devidamente aprovado pelos seus accionistas, corrigido anualmente face aos desvios da concretização das acções que constituem a intervenção.

## **2.9. Código de Ética**

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa aprovado pelo Conselho de Administração visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que actuam em nome da empresa em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar.

As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa constituem ainda uma referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros.

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa encontra-se divulgado a todas as partes interessadas através do site da Sociedade [www.polislitoralriiformosa.pt](http://www.polislitoralriiformosa.pt).

## **2.10. Sistema de controlo para protecção de investimentos e activos**

O facto dos objectivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Actividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia de accionistas e posteriormente, numa base trimestral, objecto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas. Conforme atrás referido, a gestão da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa está cometida a uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Parque EXPO. Não só são seguidas todas as regras da Contratação Pública na realização de empreitadas, fornecimento de bens e prestação de serviços, como se observam as normas e procedimentos internos da Parque EXPO em matéria de realização de despesas e delegação de competências. Existe um sistema centralizado de acompanhamento e monitorização da realização de todas as despesas que assegura o seu devido enquadramento contabilístico e financeiro.

Existem sempre riscos adstritos à contratação e, qualquer processo de concurso tem riscos inerentes os quais muitas vezes ultrapassam a triagem do concurso. No entanto, tais riscos tendem a ser debelados pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos, bem como pelas regras de controlo da Equipa de Gestão da Parque EXPO.

## **2.11. Mecanismos adoptados com vista à protecção de conflitos de interesses**

Constitui-se como um mecanismo usual na empresa que os membros do Conselho de Administração não possam intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, estando-lhes pois vedado votar sobre assuntos em que tenham, directa ou indirectamente, por conta própria ou por terceiro, um interesse em conflito com a empresa.

Entende-se existir conflito de interesses sempre que, no exercício da sua actividade, os colaboradores sejam chamados a intervir em processos de decisão que envolvam, directa ou indirectamente, organizações com que



colaborem ou tenham colaborado, ou pessoas a que estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco, afinidade ou amizade. Quando tal suceda deverá ser comunicada à administração a existência dessas ligações, procurando encontrar-se uma solução que permita assegurar o desempenho imparcial, objectivo e transparente.

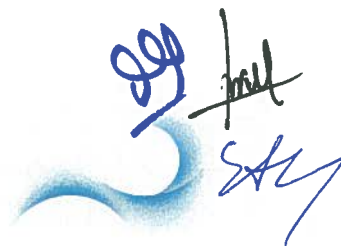
## 2.12. Divulgação da informação prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, no portal da empresa e no portal do SEE

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa efectua o envio da informação prevista na RCM N.º 49/2007, de 28 de Março, no portal das empresas do SEE e no portal da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa.

Anexo solicitado pela DGTF;

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			





Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama			X	
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos			X	
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

**Legenda:**

S - Sim      N - Não      N.A. - Não Aplicável

**Nota:** Assinalar no formulário com X as respostas correctas**2.13. Cumprimento dos deveres especiais de informação (Despacho MFAP n.º 14277/2008 23 Maio)**

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa efectua o envio da informação prevista na RCM N.º 49/2007, de 28 de Março, no portal das empresas do SEE, reportando previamente essa informação e a sua actualização, à DGTF. Por outro lado, e no âmbito do cumprimento do disposto no Despacho N.º 14277/2008, de 23 de Maio, os procedimentos adoptados pela EDIA cumprem as medidas de reforço dos mecanismos de controlo financeiro e os deveres especiais de informação das empresas públicas, por este estabelecidas.

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa procedeu durante o ano de 2010 ao reporte dos seguintes documentos:

» Planos de Actividades Anuais e Plurianuais

Remetidos em 29 de Julho de 2010 - Plano de Actividades e Orçamento para 2010

» Documentos de Prestação Anual de Contas Individuais e Consolidadas, acompanhados do relatório anual de fiscalização do ROC

Remetido em 29 de Julho de 2010 - Relatório e Contas do Exercício de 2009;

» Relatórios Trimestrais de Actividades e de Execução Orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de Fiscalização

Remetido em 02 de Julho de 2010 - Relatório de Actividades do 1.º Trimestre de 2010





Remetido em 24 de Setembro de 2010 - Relatório de Actividades do 2.º Trimestre de 2010

Remetido em 17 de Dezembro de 2010 - Relatório de Actividades do 3.º Trimestre de 2010

**2.14. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações dos accionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2009**

Não aplicável

**2.15. Cumprimento das orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas**

Na sequência das orientações genéricas transmitidas pela DGTF, através do Ofício N.º 1730, de 25 de Fevereiro de 2010, (Orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas), foi dado acolhimento às mesmas, motivo pelo qual, em 2010, não foram efectuadas quaisquer actualizações salariais.

**2.16. Cumprimento da orientação constantes no despacho n.º 438/10-SETF de 10 de Maio, relativamente às normas de contratação pública**

Em termos da aplicação das normas de Contratação Pública, a Polis Litoral Ria Formosa está sujeita à aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de Janeiro, por força do disposto no respectivo artigo 2.º, N.º 2. Na aplicação das normas da Contratação Pública a Polis Litoral Ria Formosa norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência enunciados no artigo 2.º da Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, sem perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a selecção da proposta mais conveniente para o interesse público. As decisões que autorizam a realização de despesa suportam-se em informações onde é justificada a necessidade de contratar e proposto o procedimento mais adequado, seguindo a tramitação prevista no CCP. Foram ainda incorporadas, nos procedimentos de contratação pública implementados na PLSW, as orientações constantes do Despacho N.º 438/10-SETF, de 10 de Maio.

**2.17. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no PEC**

Não aplicável.

**2.18. Implementação das medidas previstas no PEC ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços**

A Polis Litoral Ria Formosa, no aprovisionamento dos bens e serviços necessários à sua actividade, cumpre a legislação em vigor e as orientações dos seus Accionistas. Assim, dado tipo, especificidade e volume de bens e serviços adquiridos e a adquirir, para além dos necessários e previstos à concretização do seu objecto social:



estudos; projectos e empreitadas de obras públicas, a Polis Litoral Ria Formosa adopta medidas que visam a racionalização e a redução de gastos, monitorizando o desempenho e evolução dos mesmos. Não se verificou até ao momento a necessidade de adesão ao SNCP, por não se apurarem eventuais vantagens de aderir a esta modalidade de provimento de bens e serviços, uma vez que, face às especificidades dos bens e serviços contratados, tal não foi considerado como a solução mais eficaz.

**2.19. Cumprimento do previsto no Art. 17.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado**

Os serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.) serão utilizados pela Sociedade no ano de 2011.

### 3. Estrutura Accionista

O Capital Social da Polis Litoral Ria formosa, Sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 22.500.000 €, subscrito pelos seus Accionistas, o Estado Português e os Municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, detendo cada um dos accionistas, 63%, 14%, 11%, 9% e 3 % do Capital Social, respectivamente.

## 4. Actividade Desenvolvida em 2010

### 4.1. Funcionamento da Sociedade

O ano de 2010 caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma série de actividades, entre as quais se destacam:

- Prosseguimento das actividades previstas no Plano Estratégico, ao nível da contratação e/ou implementação de planos, estudos, projectos de execução e empreitadas;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas a financiamento comunitário, nomeadamente ao POA, POVT, e ao PROMAR;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas ao PIT;
- Continuação da elaboração / negociação de vários protocolos de cooperação técnica e financeira – com a CM Tavira, a ARH e o IPTM.

A actividade da sociedade tem sido assegurada, fundamentalmente, através de contrato com a Parque Expo para a gestão e coordenação da Intervenção Polis Litoral da Ria Formosa.

Listam-se neste capítulo as principais actividades desenvolvidas pela sociedade no ano de 2010.

### 4.2. Investimento e Financiamento

A sociedade regulou a sua actuação a partir dos orçamentos de despesa e de financiamento apresentados no capítulo 5.

### 4.3. Acções desenvolvidas

#### 4.3.1. Estrutura e Gestão

Incluem-se neste item todas as actividades relacionadas com a estrutura e gestão da Intervenção e os correspondentes custos, a saber: custos de estrutura (instalações e funcionamento, custos



administrativos), custos de gestão (contrato de gestão) e elaboração dos estudos de base (Plano Estratégico e respectiva Avaliação Ambiental Estratégica).

Regista-se a aprovação final do Plano Estratégico e do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica, em Janeiro de 2011. Na sequência desta aprovação, foi remetida a Declaração Ambiental para a Agência Portuguesa do Ambiente.

#### 4.3.2. Planos / Estudos / Projectos / Empreitadas

Com base nas orientações do Plano Estratégico, deu-se início ao lançamento dos procedimentos de selecção dos adjudicatários para a elaboração de diversos levantamentos topográficos e cadastrais considerados prioritários, bem como de estudos e projectos técnicos de execução e para a realização de empreitadas.

No quadro seguinte listam-se e sistematizam-se as acções/projectos a concretizar ao longo da Intervenção, com especial destaque para as que tiveram desenvolvimento no presente ano:

Acção/Projecto		PROJECTO		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
ACÇÕES TRANSVERSAIS - FARO   OLHÃO   TAVIRA   LOULÉ   VR STO ANTÓNIO					
Avaliação Ambiental do Plano Estratégico		(Outubro 08)	(Janeiro 11)	N/A	
P1 Medidas Correctivas da erosão e defesa costeira					
P1.2   P1.3 Reestruturação					
P1.2	Ilha da Culatra (núcleos da Culatra e do Farol) *	Março 10	(Junho 11)	(Outubro 11)	(Novembro 12)
P1.3	Ilha da Armona (núcleo da Armona) *				
PIR - Projecto de intervenção e requalificação das Ilhas Barreira e Ilhotes					
P2 Medidas Correctivas da erosão e defesa costeira					
P2.1 Renaturalização					
PIR - Projecto de intervenção e requalificação das Ilhas Barreira e Ilhotes		(Dezembro 09)	(Junho 11)	(Julho 11)	(Junho 13)
Levantamento das edificações existentes		(Janeiro 09)	Janeiro 10	N/A	
Demolição e Remoção de Resíduos Existentes nas Áreas Navegáveis e Margens		----	----	(Dezembro 08)	(Abril 09)
Demolições e Limpeza do Areal da Fuseta - Empreitada de Emergência		----	----	Abril 10	Julho 10
Demolições e limpeza do areal da Fuseta		----	----	Abril 10	Junho 10
Demolições controladas de casas em risco de derrocada na zona poente da Península do Ancão		----	----	Dezembro 10	(Janeiro 11)
Levantamento topográfico		Junho 10	(Fevereiro 11)	N/A	
P2.2 Alimentação artificial de praias e transposição de barras					
Alimentação artificial de praias e transposição de barras		Maio 10	(Abril 12)	Junho 10	(Dezembro 12)
Estudo e Planos - Minimização de Riscos Inerentes à Hidrodinâmica da Ria Formosa		Maio 10	(Junho 11)	N/A	
Levantamento topo-hidrografico da ilha da Armona - Núcleo da Fuseta e Canal da Fuseta		Março 10	Março 10	N/A	
Levantamento topo-hidrografico da barra da Fuseta e áreas adjacentes		Julho 10	Julho 10	N/A	
Levantamento topo-hidrografico das barras da Fuseta e áreas adjacentes		Dezembro 10	Dezembro 10	N/A	
Reposição das Condições de Navegabilidade no Acesso à Ilha da Armona, Canal da Fuseta - Intervenção de Emergência		Agosto 10	Outubro 10	Novembro 10	Dezembro 10
Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 1 - Intervenção de Emergência		----	Maio 10	Junho 10	Outubro 10
Reforço do Cordão Dunar da Fuseta - Fase 2 - Intervenção de Emergência		Novembro 10	Novembro 10	(Janeiro 11)	(Abril 11)
Recolha de amostras e respectiva caracterização física e química dos sedimentos existentes na zona da antiga barra da Fuseta		Novembro 10	Novembro 10	N/A	

Acção/Projecto		PROJECTO		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
ACÇÕES TRANSVERSAIS - FARO   OLHÃO   TAVIRA   LOULÉ   VR STO ANTÓNIO					
P2.3 Recuperação dunar e lagunar					
		---	---	---	---
P3 Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar					
		---	---	---	---
P4 Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria					
		---	---	---	
P5 Criação, requalificação e valorização das infra-estruturas de acostagem e áreas adjacentes					
	Revisão do projecto de Execução do Cais de Acesso às Ilhas Barreira: Ponte Cais de Olhão, Ponte Cais da Armona e Pontões de Atracação do Farol e da Culatra	(Fevereiro 09)	(Dezembro 09)	Maio 10	(Março 11)
	Fiscalização da "Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira"	N/A		Maio 10	(Abril 11)
	Fornecimento e Instalação de Cais Marítimo - Turísticas e Taxis Marítimos e Cais de Passageiros, em Cabanas de Tavira	Maio 10	Junho 10	Julho 10	Agosto 10
	Inspecção Subaquática às Estruturas Inmersas das Pontes Cais de Olhão, Armona, Culatra e Farol	Junho 10	Outubro 10	N/A	
	Avaliação do Estado da Estrutura de Betão do Cais de Olhão	Dezembro 10	Dezembro 10	N/A	
P6 Plano de valorização e gestão sustentável das actividades ligadas aos recursos da Ria					
	Elaboração de Estudos e Planos	Janeiro 10	(Março 12)	N/A	
P7 Infra-estruturas de apoio ao uso balnear					
	Plano de Praia do Garrão (nascente)	(Dezembro 09)	(Agosto 11)	(Dezembro 11)	(Junho 12)
	Plano de Praia do Ancão	(Julho 09)	(Abril 11)	(Setembro 11)	(Março 12)
	Plano de Praia dos Cavacos	Maio 10	(Maio 11)	(Setembro 11)	(Março 12)
	Plano de Praia Fuseta – Ria   Plano de Praia Fuseta - Mar (em conjunto com o P5 Cais de Acesso)	(Novembro 09)	(Julho 11)	(Novembro 11)	(Julho 12)
	Levantamento topográfico	Junho 10	(Fevereiro 11)	N/A	
P9   P10 Plano de marketing territorial   Plano de comunicação e divulgação					
	Planos	(Abril 09)	(Dezembro 12)	N/A	





Acção/Projecto		PROJECTO		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
ACÇÕES TRANSVERSAIS - FARO   OLHÃO   TAVIRA   LOULÉ   VR STO ANTÓNIO					
P12	Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais				
	Requalificação do património construído para divulgação dos valores naturais presentes – CEAM	.....	.....	(Novembro 08)	(Janeiro 09)
ACÇÕES POR CONCELHO					
FARO					
P1	Medidas Correctivas da erosão superficial				
P1.1	Península do Ancão – Praia de Faro				
	Plano de Pormenor da Praia de Faro	(Março 09)	(Dezembro 11)	N/A	
	Avaliação Ambiental Estratégica Plano de Pormenor da Praia de Faro	(Outubro 08)	Dezembro 10	N/A	
	Execução de Plantas Parcelares - Plano de Pormenor da Praia de Faro	Fevereiro 10	Julho 10	N/A	
	Estudo de Viabilidade da Reabilitação da Ponte de Acesso à Praia de Faro	(Julho 09)	Fevereiro 10	N/A	
	Estudo de Viabilidade do Parque de Estacionamento Exterior à Praia de Faro	(Junho 09)	(Abril 11)	N/A	
	Levantamento topográfico	Junho 10	(Fevereiro 11)	N/A	
P8	Requalificação de espaços ribeirinhos				
P8.2	Parque Ribeirinho de Faro	(Outubro 09)	(Abril 11)	(Agosto 11)	(Agosto 12)
	Levantamento Topográfico - Parque Ribeirinho de Faro	Janeiro 10	Junho 10	N/A	
OLHÃO					
P8	Requalificação de espaços ribeirinhos				
P8.3	Parque ribeirinho poente de Olhão	Outubro 10	(Julho 11)	(Novembro 11)	(Dezembro 12)
	Requalificação da zona de acostagem e espaço envolvente em Olhão (Zona nascente)	Maio 10	(Junho 11)	N/A	
	Requalificação do mobiliário urbano e estruturas de apoio do cais de Olhão	Maio 10	(Junho 11)	N/A	
	Levantamento topográfico	Junho 10	(Fevereiro 11)	N/A	
P11	Trilhos de Descoberta dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria				
		---	---	---	---



Acção/Projecto		PROJECTO		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
ACÇÕES TRANSVERSAIS - FARO   OLHÃO   TAVIRA   LOULÉ   VR STO ANTÓNIO					
TAVIRA					
P1 Medidas Correctivas da erosão superficial					
P1.4	Quatro Águas	(Abril 09)	(Julho 11)	(Novembro 11)	(Dezembro 12)
P1.5 Ilha de Tavira					
	Projecto de Intervenção e Requalificação da Ilha de Tavira	(Outubro 09)	(Julho 11)	(Novembro 11)	(Outubro 12)
	Margens Arraial Ferreira Neto e Ilha de Tavira (Ponte Cais)	(Julho 09)	(Abril 11)	(Novembro 11)	(Dezembro 12)
	Prospecção Geotécnica - Ilha de Tavira	Junho 10	Agosto 10	N/A	
	Levantamento topográfico	Junho 10	(Fevereiro 11)	N/A	
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.4	Requalificação paisagística da ligação Pedras D'EL Rei - Santa Luzia	(Novembro 09)	(Junho 11)	(Outubro 11)	(Maio 12)
	Levantamentos topográficos - Espaços Ribeirinhos de Loulé, Tavira e VRSA	Março 10	Setembro 10	N/A	
P8.5	Requalificação paisagística da Marginal de Cabanas	.....	.....	(Setembro 09)	Novembro 10
	Requalificação paisagística da Marginal de Cabanas - Fiscalização	N/A		(Março 09)	Novembro 10
	Requalificação paisagística da Marginal de Cabanas - Acompanhamento Arqueológico	N/A		(Dezembro 09)	Março 10
LOULÉ					
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.1	Parque Ribeirinho do Ludo	(Novembro 09)	(Junho 11)	(Outubro 11)	(Maio 12)
	Levantamentos topográficos - Espaços Ribeirinhos de Loulé, Tavira e VRSA	Março 10	Setembro 10	N/A	
VILA REAL DE STO ANTÓNIO					
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.6	Percurso Pedonal e Ciclavél Lacém – Manta Rota	(Novembro 09)	(Junho 11)	(Novembro 11)	(Junho 12)
	Levantamentos topográficos - Espaços Ribeirinhos de Loulé, Tavira e VRSA	Março 10	Setembro 10	N/A	



## 5. Orçamento

### 5.1. Despesa Realizada

Em 2010, a despesa realizada respeita a:

- Em termos de natureza da despesa, essencialmente a despesas com Empreitadas, a despesas com o Contrato de Gestão Global da Intervenção e a despesas com Estudos e Planos;
- Em termos de centros de custo aos Projectos "P2 - Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transposição de Barras, Recuperação Dunar e Lagunar", ao "P8 - Requalificação de Espaços Ribeirinhos - Parques Públicos e Percursos Pedonais" e ao "P5 - Criação, Requalificação e Valorização das Infraestruturas de Acostagem e Áreas Adjacentes"

Globalmente, a despesa realizada em 2010 situou-se nos 9.756.639,39€ fazendo com que a despesa realizada em termos acumulados à mesma data se situasse nos 14,728 milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se a desagregação da despesa por natureza e por centros de custo, e a sua comparação com os valores orçamentais previstos para o mesmo período.

Despesa por Naturezas - Ano 2010 e Total da Intervenção					(valores com IVA, em Euros)		
Naturezas	Ano 2010				Intervenção Global		
	Orçamento PAO 2010 (Aprov. CA de 25/06/10)	Realizado	Desvio = (d) - (c)		Orçamento PAO 2010 (Aprov. CA de 25/06/10)	Realizado	Taxa de Execução
	(c)	(d)	Valor	%	(e)	(f)	(f) / (e)
02 CONSUMOS	16.933,00	17.356,65	423,65	2,50%	47.182,75	26.547,52	56,27%
03 LIMPEZAS / REPARAÇÕES	5.816,00	6.203,87	587,87	10,47%	22.038,40	10.946,27	49,67%
04 MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	30.989,48	26.893,63	-4.095,85	-13,22%	133.598,47	71.888,65	53,81%
05 DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	26.752,80	68.833,12	42.080,32	157,29%	137.946,83	115.340,11	83,61%
10 REMUNERAÇÕES PESSOAL	152.447,48	-50.508,66	-202.956,14	-133,13%	564.102,14	91.056,15	16,14%
11 REMUNERAÇÃO ÓRGÃOS SOCIAIS	44.400,00	43.705,00	-695,00	-1,57%	192.600,00	110.405,00	57,32%
12 REMUNERAÇÃO SERVIÇOS EXTERNOS	30.240,00	30.366,00	126,00	0,42%	225.160,00	71.766,00	31,87%
13 DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	615,60	497,15	-118,45	-19,24%	6.249,11	1.130,66	18,09%
18 CUSTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%	1.317.364,30	0,00	0,00%
19 HONORÁRIOS E SERVIÇOS	624.000,00	624.000,00	0,00	0,00%	3.484.800,00	1.924.800,00	55,23%
28 ARQUEOLOGIA	8.640,00	8.640,00	0,00	0,00%	8.640,00	8.640,00	100,00%
36 ESTUDOS E PLANOS	1.006.607,78	584.927,26	-421.680,52	-41,89%	4.499.555,83	1.330.593,85	29,57%
43 ASSESSORIAS	0,00	239.871,58	239.871,58	100,00%	0,00	239.871,58	100,00%
45 ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	1.736.419,45	352.160,06	-1.384.259,39	-79,72%	4.769.935,67	606.610,88	12,72%
49 DESPESAS RELACIONADAS COM EMPREITADAS	4.925,64	8.097,15	3.171,51	64,39%	11.006,54	14.178,05	128,81%
50 EMPREITADAS	10.343.392,86	7.614.538,80	-2.728.854,06	-26,38%	68.710.837,42	9.757.298,21	14,20%
51 FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	353.394,57	178.032,78	-175.361,79	-49,62%	2.143.962,36	344.187,78	16,05%
99 DESPESAS NÃO ESPECIFICADAS	226.823,71	3.025,00	-223.798,71	-98,67%	3.150.000,00	3.025,00	0,10%
<b>Total:</b>	<b>14.612.198,37</b>	<b>9.756.639,39</b>	<b>-4.855.558,98</b>	<b>-33,23%</b>	<b>89.424.979,82</b>	<b>14.728.285,71</b>	<b>16,47%</b>



Despesa por Centros de Custo - Ano 2010 e Total da Intervenção								
(valores com IVA, em Euros)								
Centros de Custo		Ano 2010				Intervenção Global		
		Orçamento PAO 2010 (Aprov. CA de 25/06/10)	Realizado	Desvio = (d) - (c)		Orçamento PAO 2010 (Aprov. CA de 25/06/10)	Realizado	Taxa de Execução
		(c)	(d)	Valor	%	(e)	(f)	(f) / (e)
RF010000	Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção	931.994,36	767.346,77	-164.647,59	-17,67%	6.131.042,00	2.423.880,37	39,53%
RF010100	Instalações e Funcionamento	80.291,28	119.287,27	38.995,99	48,57%	340.766,45	224.722,55	65,95%
RF010200	Custos Administrativos	227.703,08	24.059,50	-203.643,58	-89,43%	988.111,25	274.357,82	27,77%
RF010300	Contrato de Gestão	824.000,00	824.000,00	0,00	0,00%	3.484.800,00	1.924.800,00	55,23%
RF010400	Custos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	1.317.384,30	0,00	0,00%
RF020000	Estudos de Base da Intervenção	28.434,00	28.601,70	67,70	0,24%	282.312,00	282.379,70	100,02%
RF110000	P1 - Reestruturação e Requalificação das Ilhas e Esp.Terrestres Contíguos	580.751,66	234.175,69	-346.576,17	-59,68%	14.589.150,02	628.496,80	4,31%
RF120000	P2 - Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transp. de Barras, Recup. Dunar e Lagunar	2.188.089,22	2.412.328,60	224.239,38	10,26%	35.531.825,00	3.602.378,13	10,14%
RF130000	P3 - Recuperação da Rede Hidrográfica Adjacente ao Sistema Lagunar	53.097,35	0,00	-53.097,35	-100,00%	2.000.000,01	0,00	0,00%
RF140000	P4 - Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação	0,00	0,00	0,00	0,00%	350.000,00	0,00	0,00%
RF150000	P5 - Criação, Requalificação e Valorização das Infraestruturas de Acostagem e Áreas Adjacentes	4.103.233,72	2.668.957,59	-1.434.276,13	-34,95%	7.216.000,00	2.702.079,53	37,46%
RF160000	P6 - Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Actividades Económicas	186.547,20	93.657,28	-92.889,92	-49,79%	466.368,00	93.657,28	20,08%
RF170000	P7 - Infraestruturas de Apoio ao Uso Balnear	2.600.381,69	66.939,62	-2.533.442,07	-97,43%	7.203.328,26	67.845,30	0,94%
RF180000	P8 - Requalificação de Espaços Ribeirinhos - Parques Públicos e Percursos Pedonais	3.708.952,83	3.201.475,58	-507.477,25	-13,68%	13.187.266,52	3.528.914,60	26,76%
RF190000	P9 - Plano de Marketing Territorial	144.561,23	79.093,73	-65.467,50	-45,29%	500.000,00	79.093,73	15,82%
RF200000	P10 - Plano de Comunicação e Divulgação	86.154,91	204.162,84	118.007,93	138,97%	467.688,00	325.157,84	69,52%
RF210000	P11 - Definição de Trilhos e Percursos de Descoberta de Valores Ambientais e Patrimoniais da Ria Formosa	0,00	0,00	0,00	0,00%	250.000,01	0,00	0,00%
RF220000	P12 - Instalação de Centros de Divulgação dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria Formosa	0,00	0,00	0,00	0,00%	1.250.000,00	994.402,63	79,56%
Total:		14.612.196,37	9.756.639,40	-4.855.556,97	-33,23%	89.424.979,82	14.728.285,71	16,47%

Relativamente ao previsto no Plano de Actividades e Orçamento para 2010, o desvio verificado prende-se fundamentalmente com o atraso na realização de algumas actividades ao nível de estudos, projectos e empreitadas.

## 5.2. Financiamento Recebido

A cobertura financeira da despesa foi efectuada com base na receita realizada (em 2008, em 2009 e em 2010) como a seguir se indica:

- De capital social do accionista Estado (realizado integralmente no ano de 2008), no montante de 14,175 milhões de Euros;
- De capital social realizado pelos accionistas Câmara Municipal de Tavira e Câmara Municipal de Loulé no montante de 405 mil Euros e de 270 mil Euros, respectivamente;



- Do financiamento comunitário à intervenção recebido, durante o ano de 2009 de cerca de 1.604,8 mil Euros, sendo na sua globalidade do POA - Programa Operacional do Ambiente, bem como do valor de 558,4 mil Euros recebido em 2010 do POVT.
- Do financiamento da parcela de 500.000€ do IPTM a título de adiantamento à Empreitada dos Cais, no âmbito do aditamento ao protocolo para o Estabelecimento das Bases de Cooperação Técnica e Financeira. A este valor viria a crescer já em Janeiro de 2011 o pagamento de uma segunda parcela de 1.550 mil Euros;
- Da parcela de 2.112,2 mil Euros pagos pela Câmara Municipal de Tavira a título de financiamento adicional à Empreitada de Cabanas, no âmbito do protocolo de Participação Financeira celebrado entre a Sociedade Polis e aquela Câmara, a que acrescia o valor de 145,2 mil Euros, em dívida mas no mesmo âmbito;
- Do pagamento pelo PIT e no âmbito da candidatura referente à Marginal de Cabanas, da parcela de 192.514,16€ a título de adiantamento - 30% do cofinanciamento total da candidatura;
- Da parcela de 25 mil euros pago pela ARH em 2009 no quadro do protocolo de cooperação técnica e financeira para desenvolvimento do P6. - Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Actividades Económicas;
- Do valor de 468.127,15€, relativo a juros e "vendas de cadernos de encargos", recebidos até 31.Dez.2010.

Em termos acumulados ao final de 2010, o financiamento global recebido pela sociedade atingiu os 19.311,1 mil Euros, valor a que acrescia o montante de 145,2 mil Euros facturado à CM Tavira e ainda não recebido.

No quadro seguinte sintetizam-se os financiamentos por cada uma das suas origens em termos anuais e acumulados a 31Dez., permitindo-se a este nível verificar não só os valores realizados, mas também os valores orçamentados para aqueles períodos.



Descrição das Fontes de Financiamento	Ano de 2010		Global da Intervenção	
	Orçamento PAO 2010 (Aprov. AG de 03-12-2010)	Realizado	Orçamento PAO 2010 (Aprov. AG de 03-12-2010)	Realizado
	(C)	(D)	(E)	(F)
<b>Comunitário</b>	<b>2.980.701,00</b>	<b>558.409,02</b>	<b>42.772.823,89</b>	<b>2.163.229,91</b>
POVT - Programa Operacional Temático de Valorização Territorial	1.930.341,50	558.409,02	32.291.567,00	558.409,02
POR Algarve	966.413,50	0,00	8.456.705,00	0,00
PROMAR	83.946,00	0,00	419.731,00	0,00
POA - Programa Ambiente (QCAIII)	0,00	0,00	1.604.820,89	1.604.820,89
<b>Nacional</b>	<b>13.535.328,00</b>	<b>1.392.789,60</b>	<b>46.821.537,26</b>	<b>18.824.970,28</b>
Capital Social	7.650.000,00	0,00	22.500.000,00	14.850.000,00
Estado	0,00	0,00	14.175.000,00	14.175.000,00
Câmaras Municipais	7.650.000,00	0,00	8.325.000,00	675.000,00
Faro	3.150.000,00	0,00	3.150.000,00	0,00
Olhão	2.475.000,00	0,00	2.475.000,00	0,00
Tavira	1.620.000,00	0,00	2.025.000,00	405.000,00
Loulé	405.000,00	0,00	675.000,00	270.000,00
Financiamento Adicional	1.200.216,00	1.200.275,44	1.615.855,00	1.257.456,12
Tavira	1.150.123,50	1.200.275,44	1.279.541,00	1.257.456,12
Via Real de Santo António	50.092,50	0,00	336.314,00	0,00
MOPTC/ IPTM	1.575.469,00	0,00	3.891.750,00	500.000,00
MADRP/ARH	29.664,00	0,00	46.636,00	25.000,00
PIT (MEI / Instituto de Turismo)	1.874.676,00	192.514,16	9.809.952,00	192.514,16
Reajustamento (Câmaras Municipais+INHRU)	0,00	0,00	3.150.000,00	0,00
Privados	1.205.303,00	0,00	5.807.344,26	0,00
<b>Outras Receltas</b>	<b>200.000,00</b>	<b>248.817,05</b>	<b>422.795,00</b>	<b>488.127,15</b>
Juros Credores	200.000,00	248.866,64	411.902,61	455.284,35
Outras Receltas (Cópias de Processos de Concurso)	0,00	1.950,41	10.892,39	12.842,80
<b>TOTAL</b>	<b>16.718.029,00</b>	<b>2.200.015,67</b>	<b>90.017.158,15</b>	<b>19.456.327,34</b>

### 5.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário

Nos quadros seguintes é feito o ponto de situação de cada uma das candidaturas a financiamento comunitário e mesmo nacional (ao PIT – Programa Integrado do Turismo), incluindo as candidaturas apresentadas e ainda não aprovadas e/as não contratadas, sendo, em termos globais o ponto de situação como se segue:

Polis Ría Formosa - Ponto de Situação das candidaturas/Pedidos de Financiamento							
31-12-2010							
Do QCA III / POA							
CANDIDATURA nº 1.3/00034 - "Plano Estratégico da Ría Formosa",							
1. Financiamento aprovado em 04 de Dezembro de 2008					178.200,00	Fechada	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					76%		
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	30-Dez-08	178.200,00	25/09	10-Fev-09	160.380,00	0,00	
			57/09	24-Mar-09	17.820,00		
TOTAL		178.200,00			178.200,00	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					100,00%		
5. Enviado Relatório Final em 30-12-08							
6. Encerramento da candidatura em Março de 2009							
CANDIDATURA nº 1.1/00071 - "Conservação e valorização do património natural da Ría Formosa",							
1. Financiamento aprovado em 30 de Junho de 2009 (Reprogramação)					1.409.903,40	Fechada	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					76%		
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	01-Abr-09	841.958,18	81/09	30-Abr-09	734.002,20	0,00	
			91/09	05-Mai-09	107.955,98		
2	07-Mai-09	584.609,98	111/09	19-Jun-09	401.556,59	0,00	62.664,76
			159/09	06-Out-09	68.951,73		
			160/09	06-Out-09	31.436,90		
3	15-Jul-09	65.556,66	161/09	06-Out-09	65.556,66	0,00	
TOTAL		1.472.124,82			1.409.460,08	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					99,97%		
5. Enviado Novo Relatório Final em 14-07-09							
6. Encerramento da candidatura em Jul-2009							
CANDIDATURA nº 1.3/00038 - "Video sobre a Ría Formosa"							
1. Financiamento aprovado em Maio de 2009					17.160,83	Fechada	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					76%		
3 Pedidos de Pagamento							
Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	07-Mai-09	17.160,83	135/09	28-Jul-09	12.764,25	0,00	
			138/09	25-Ago-09	2.978,33		
			139/09	25-Ago-09	1.418,25		
TOTAL		17.160,83			17.160,83	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					100,00%		
5. Enviado Relatório Final em 07-05-09							
6. Encerramento da candidatura em Agosto de 2009							

Polls Ria Formosa - Ponto de Situação das candidaturas/Pedidos de Financiamento						
31-12-2010						
Do POVT						
CANDIDATURA n° POVT-03-0133-FCOES-000020 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Projectos e Planos de Intervenção e Requalificação"						
1. Financiamento Aprovado em 30 de Abril de 2009 e Reprogramado em Dezembro de 2009, aprovada em Abril 2010					1.372.345,48	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3. Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	28-Mar-10	71.101,80	07-Abr-10	71.101,80		
2	30-Mar-10	49.392,00	07-Abr-10	49.392,00		
3	30-Mar-10	35.550,80	07-Abr-10	35.550,80		
4	22-Abr-10	78.708,00	30-Abr-10	78.708,00		
5	22-Abr-10	25.074,00	30-Abr-10	25.074,00		
6	22-Abr-10	10.416,00	30-Abr-10	10.416,00		
7	18-Ago-10	15.578,88	25-Ago-10	15.578,88		
8	18-Ago-10	98.886,83	27-Ago-10	88.886,83		
9	11-Out-10	Envio dos Recibos do PP contra-fatura				
10	15-Nov-10	6.873,80	08-Dez-10	6.873,80		
11	18-Nov-10	53.778,80	08-Dez-10	53.778,80		
TOTAL		443.261,82		443.261,82		
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					32,30%	
CANDIDATURA n° POVT-03-0133-FCOES-000028 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Estudos e Projectos de Execução"						
1. Financiamento Aprovada em 30-03-2010					1.166.220,80	
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3. Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	20-Jul-10	100.830,20	27-Jul-10	100.830,20	0,00	
2	18-Nov-10	14.217,00	08-Dez-10	14.217,00	0,00	
TOTAL		115.147,20		115.147,20	0,00	
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					9,98%	
CANDIDATURA n° POVT-01-0133-FCOES-000045 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Obras de emergência na Ilha da Armonia - Núcleo de Fuzeta"						
1. Financiamento Aprovado em 31-12-2010					1.246.646,30	Ainda não contratado
2. Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3. Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
					0,00	
TOTAL		0,00			0,00	Aguarda contratualização
4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)					0,00%	





**Polis Ria Formosa - Ponto de Situação das candidaturas/Pedidos de Financiamento**

**31-12-2010**

**Do PROMAR**

**CANDIDATURA nº 31-03-01-FEP-61-"Estudos de valorização das actividades ligadas aos recursos da Ria Formosa"**

<b>1.Financiamento Proposto em Novembro de 2009 e aprovado em 22-03-2010</b>					<b>466.368,00</b>	
<b>2.Taxa de Financiamento da Candidatura</b>					<b>100%</b>	(*)
<b>3 Pedidos de Pagamento</b>						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
					0,00	
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>			<b>0,00</b>	
<b>4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)</b>					<b>0,00%</b>	
<b>(*) Inclui Financiamento FEP (90%) e financiamento MADRP ( remanescentes 10%)</b>						

Polis Ria Formosa - Ponto de Situação das candidaturas/Pedidos de Financiamento						
31-12-2010						
Do PO Algarve 21						
CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000016-"Planos de Praia da Ria Formosa-projetos de Execução"						
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010					166.312,38	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					60%	
3. Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
TOTAL		0,00			0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					0,00%	
CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000016-"Requalificação dos Espaços Ribeirinhos- Parques Públicos e Percursos Pedonais"						
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010					303.666,64	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					60%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1					0,00	
TOTAL		0,00			0,00	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					0,00%	
CANDIDATURA n° ALG-02-132-FEDER-000018-"Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas"						
1.Financiamento Aprovado em 07-12-2010					1.279.807,96	
2.Taxa de Financiamento da Candidatura					70%	
3 Pedidos de Pagamento						
Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
1	30-Dez-10	1.230.605,51			1.230.605,51	
TOTAL		1.230.605,51			1.230.605,51	
4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)					98,16%	

# Polis Ria Formosa - Ponto de Situação das candidaturas/Pedidos de Financiamento

## 31-12-2010

Do Turismo de Portugal

CANDIDATURA nº104/PIT-I/10-"Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas"

1.Financiamento Aprovado em 12-07-2010

641.713,85

2.Taxa de Financiamento da Candidatura

21%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
Ped. Adiantamento	27-Ago-10	192.514,16	11-Nov-10	192.514,16	0,00	Apresentado pedido de Adiantamento no valor de 30% do Fin. Global- 192.514,16€ -Em preparação o Pedido de Pagamento único
TOTAL		192.514,16		192.514,16	0,00	

4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)

30,00%

CANDIDATURA nº 103/PIT-I/10-"Reabilitação das Pontes-Cais de Olhão, Armona e Culatra (Povoação e Farol)"

1.Financiamento Aprovado em 12-07-2010

753.932,00

Não contratado, em Reanálise

2.Taxa de Financiamento da Candidatura

20%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Data	Valor (€)		
					0,00	Pedia reanálise da decisão de financiamento
TOTAL		0,00			0,00	

4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)

0,00%



## 6. Análise Económica e Financeira

### 6.1. Balanço

Em 2010 o Balanço da Polis Litoral Ria Formosa foi preparado de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios.

### 6.2. Gestão de Risco Financeiro

Esta Sociedade foi criada visando implementar na Ria Formosa, em tempo definido no respectivo Plano Estratégico – até 2012 -, um investimento estimado na ordem dos 87 milhões de Euros, para o qual foram desde logo em sede de criação da Sociedade previstas as diversas fontes de financiamento.

Assim, entende-se que a matéria de gestão de risco financeiro não é aplicável a esta Sociedade.

Mesmo assim registam-se, em alguns dos pontos deste capítulo, os aspectos julgados relevantes.

#### 6.2.1. Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas da respectiva cobertura

O sistema de gestão de riscos existente assenta num conjunto de pressupostos que tem por base:

- A proximidade entre a Sociedade e os seus Accionistas (Estado e Municípios);
- A estreita articulação entre a gestão e os principais responsáveis pelas áreas funcionais da Sociedade.

#### ➤ Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis

Não aplicável para o ano de 2011, na medida em que a Polis Litoral Ria Formosa não tem previsto recorrer ao financiamento bancário durante esse ano.



➤ **Diversificação de entidades credoras**

Actualmente a Polis Litoral Ria Formosa não tem entidades credoras de natureza bancária. Os fornecedores, estão maioritariamente relacionados com o fornecimento de bens e serviços, e a sua selecção resulta de processos de contratação que seguem as normas legalmente em vigor.

➤ **Contratação criteriosa de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado**

O facto dos objectivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Actividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Accionistas e posteriormente, numa base trimestral, objecto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas, tendo em vista a realização dos objectivos e orientações superiormente estabelecidas os quais limitam os investimentos futuros à existência de financiamento.

**6.2.2. Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes**

A actuação da Polis Litoral Ria Formosa, enquanto empresa instrumental, encontra-se cingida à execução de acções específicas previstas no seu Plano Estratégico mediante a garantia prévia do seu financiamento através de capitais próprios e fundos comunitários.

**- Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo, de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis**

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária. Da mesma forma, não se encontra exposta a riscos de natureza cambial, na medida em os investimentos são realizados localmente, não existindo por esse motivo aplicações, nem origens de fundos em outra moeda que não seja o Euro.

**- Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação**

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.

**- Minimização da prestação de garantias reais**

Visto o recurso ao financiamento bancário ser nulo, não existe por esta via a prestação de garantias reais.





- **Minimizações de cláusulas restritivas (covenants)**

Não aplicável.

6.2.3. Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa

- **Adopção de política tendente à minimização da afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais**

Não aplicável.

- **Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rendibilidade social e/ou empresarial, beneficiam de co-financiamento comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e das dotações de capital aprovadas para o efeito**

Estando a Sociedade a desenvolver uma actividade vocacionada exclusivamente para a requalificação e valorização da Ria Formosa, como um instrumento de política pública que visa um aumento da satisfação e qualidade das condições de vida das comunidades locais e regionais, os investimentos realizados até ao momento tiveram sempre presentes por um lado a garantia de existência de capitais próprios disponíveis, e por outro lado o recurso a financiamentos de natureza comunitária, no quadro do plano de financiamento definido em sede de criação da Sociedade.

- **Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento**

Atendendo à natureza da actividade desenvolvida, a qual está subordinada à proposta do Plano Estratégico, a estrutura de financiamento é baseada quase exclusivamente em capitais próprios e financiamento comunitários.

6.2.4. Inclusão nos Relatórios e Contas

- **Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efectivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos**

Conforme referido a Sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.

- **Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro**

Atendendo à especificidade da actividade desenvolvida, a reduzida dimensão da estrutura humana e considerada que foi a complexidade da estrutura financeira existente entendeu-se não se justificar a criação e manutenção de um sistema de controlo e gestão de riscos independente, conforme preconizado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de Março de 2007.





## 7. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do Art.º 10º dos Estatutos da Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 244/2009, de 22 de Setembro, o Conselho de Administração:

Considerando:

- A natureza não lucrativa da Sociedade;
- O seu objecto social especificamente relacionado com o desenvolvimento do Polis Litoral Ria Formosa;
- A sua constituição por tempo determinado, encontrando-se fixada nos respectivos Estatutos a data da sua extinção;
- As recomendações da Comissão de Normalização Contabilística e dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade;

Deliberou:

- Adoptar em 2011, à semelhança do que foi adoptado em 2010, critérios de contabilização que conduzirão a um resultado líquido do exercício nulo, por ajustamento para a rubrica de trabalhos para a própria empresa relativos a imobilizações em curso, os valores para rateio, devendo o apuramento final ser efectuado aquando da conclusão dos vários projectos.

## 8. Informação Complementar

### 8.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou qualquer adiantamento de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, directamente ou por interposta pessoa.

### 8.2. Outras Obrigações Legais

A Polis Litoral Ria Formosa tem a sua situação Fiscal e a sua situação perante a Segurança Social regularizadas.



**6.2.5. Reflexão nas Demonstrações Financeiras 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira**

A Polis Litoral Ria Formosa não contratualizou qualquer operação de *swap*.

**6.2.6. Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01 - Anexo solicitado pela DGTF;**

Não aplicável.

**6.3. Prazo médio de pagamentos a fornecedores**

No âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, criado pela Resolução de Conselho de Ministros nº. 34/2008, de 22 de Fevereiro, foi dado cumprimento ao que se encontra determinado para os deveres especiais de informação das empresas públicas e em conformidade, procedeu-se ao pagamento a fornecedores de acordo com as condições acordadas, tendo-se registado um PMP anual de 74,65 dias.



### 8.3. Referências

Ao concluir este Relatório, o Conselho de Administração não pode deixar de exprimir uma mensagem de agradecimento às entidades e pessoas que mais a apoiaram na prossecução dos objectivos estabelecidos, nomeadamente aos restantes Órgãos Sociais nomeados / eleitos.

De forma muito especial, queremos sublinhar e agradecer o interesse e apoio manifestado pela Senhora Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, Eng.<sup>a</sup> Dulce Álvaro Pássaro e a acção do Gabinete Coordenador do Programa Polis, na pessoa do seu Coordenador, Sr. Eng. José Manuel Reboredo Pinto Leite.

Os Administradores desejam igualmente expressar o seu profundo reconhecimento e agradecimento aos representantes das diversas Câmaras Municipais que, com grande entusiasmo, prestaram uma valiosa colaboração, sem a qual o desenvolvimento da actividade da Sociedade não teria sido possível, e bem assim a todas as restantes entidades e seus representantes que integram a Assembleia Geral e o Conselho Consultivo e a todos os Prestadores de Serviços e Fornecedores com os quais a sociedade se relacionou.



Olhão, 18 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Maria Valentina Filipe Coelho Calixto

(Presidente do Conselho de Administração)

João Manuel da Silva Alves

(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Manuel do Nascimento Botelho

(Vogal do Conselho de Administração)



## II.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---



# **SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA**

## **Demonstrações Financeiras Individuais**

**Exercício 2010**



## Índice

### Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais por Naturezas em 31 de Dezembro de 2010.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2010.....	6
• Demonstração dos Resultados Individuais por Funções em 31 de Dezembro de 2010.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2010.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória .....	11
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	11
3. Principais políticas contabilísticas.....	13
4. Activos fixos tangíveis .....	16
5. Clientes .....	17
6. Adiantamentos a fornecedores.....	18
7. Estado e outros entes públicos .....	18
8. Outras contas a receber .....	18
9. Diferimentos .....	18
10. Caixa e depósitos bancários.....	19
11. Capital realizado .....	19
12. Resultados transitados .....	19
13. Outras variações no capital próprio .....	20
14. Outras contas a pagar .....	20
15. Fornecedores .....	20
16. Trabalhos para a própria entidade.....	21
17. Fornecimentos e serviços externos .....	21
18. Gastos com o pessoal .....	21
19. Outros rendimentos e ganhos .....	22
20. Outros gastos e perdas .....	22
21. Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	22
22. Resultados financeiros .....	23
23. Eventos subsequentes .....	23
24. Informações exigidas por diplomas legais.....	23

## **Demonstrações Financeiras Individuais** **para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

**SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA**

**Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2010**

(Valores expressos em euros)


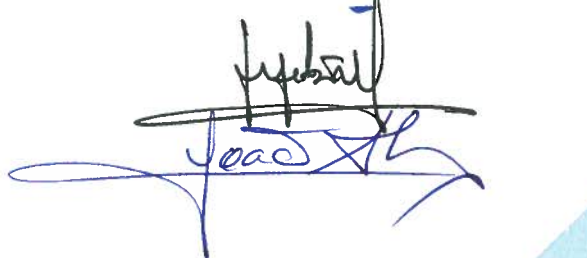
	Notas	31. Dez. 10	31. Dez. 09
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	4	13,170,768.02	4,629,660.91
Total dos Activos Não Correntes		13,170,768.02	4,629,660.91
Cientes	5	611,764.39	68,796.82
Adiantamentos a fornecedores	6	221.23	976.84
Estado e outros entes públicos	7	50,040.53	41,738.91
Outras contas a receber	8	2,855,710.97	189,491.56
Diferimentos	9	5,196.42	6,553.76
Caixa e depósitos bancários	10	6,701,291.16	12,643,514.56
Total dos Activos Correntes		10,224,224.70	12,951,072.45
		<b>23,394,992.72</b>	<b>17,580,733.36</b>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital realizado	11	14,850,000.00	14,850,000.00
Resultados transitados	12	-	57,874.18
Outras variações no capital próprio	13	5,531,236.21	2,293,973.48
Resultado líquido do exercício		-	-
Total dos Capitais Próprios		<b>20,381,236.21</b>	<b>17,086,099.30</b>
<b>Passivo</b>			
Outras contas a pagar	14	115,984.99	-
Total dos Passivos Não Correntes		115,984.99	-
Fornecedores	15	39,808.00	14,400.94
Estado e outros entes públicos	7	461,356.29	36,567.20
Outras contas a pagar	14	2,396,607.23	443,665.92
Total dos Passivos Correntes		2,897,771.52	494,634.06
Total do Passivo		<b>3,013,756.51</b>	<b>494,634.06</b>
		<b>23,394,992.72</b>	<b>17,580,733.36</b>

Olhão, 11 de Março de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

  
(TOC 2212)

A ADMINISTRAÇÃO

**SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA**

**Demonstração dos Resultados Individuais**  
**Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.10	31.Dez.09
Trabalhos para a própria entidade	16	33,182.76	47,503.34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	17	- 175,267.96	- 93,083.56
Gastos com o pessoal	18	- 129,106.20	- 169,907.88
Outros rendimentos e ganhos	19	1,029,031.46	68,223.55
Outros gastos e perdas	20	- 998,434.32	- 57,417.14
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>- 240,594.26</b>	<b>- 204,681.69</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	- 5,311.52	- 2,876.98
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>- 245,905.78</b>	<b>- 207,558.67</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	246,866.64	208,417.71
Juros e gastos similares suportados	22	- 252.34	- 371.51
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>708.52</b>	<b>487.53</b>
Imposto sobre o rendimento do período	7	- 708.52	- 487.53
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>Resultado por acção básico</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

Olhão, 11 de Março de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(TOC 2212)

A ADMINISTRAÇÃO

*[Handwritten signatures and stamps]*

**SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais  
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

(Valores expressos em euros)


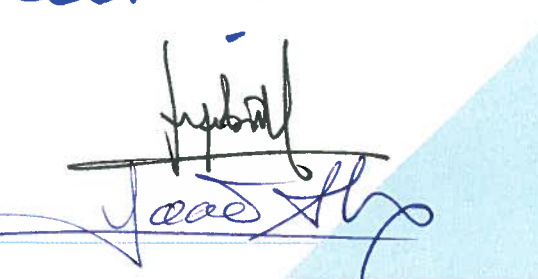
	Notas	31.Dez.10	31.Dez.09
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		2,521.50	12,870.00
Pagamentos a fornecedores	-	145,322.82	975,763.06
Pagamentos ao pessoal	-	153,774.78	150,442.01
Caixa gerada pelas operações	-	296,576.10	1,113,335.07
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	8,782.08	41,557.17
Outros recebimentos/pagamentos		495,703.66	2,099,789.33
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>		<b>190,345.48</b>	<b>944,897.09</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	6,380,250.17	1,983,303.00
	-	6,380,250.17	1,983,303.00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		12,521.76	-
Juros e rendimentos similares		235,411.87	208,417.71
		247,933.63	208,417.71
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)</b>	-	<b>6,132,316.54</b>	<b>1,774,885.29</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4.83	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	270,000.00
		4.83	270,000.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	4.83	-
Juros e gastos similares	-	252.34	371.51
	-	257.17	371.51
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)</b>	-	<b>252.34</b>	<b>269,628.49</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	-	<b>5,942,223.40</b>	<b>560,359.71</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>12,643,514.56</b>	<b>13,203,874.27</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>6,701,291.16</b>	<b>12,643,514.56</b>

Olhão, 11 de Março de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

  
(TOC 2212)

A ADMINISTRAÇÃO

**SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA**

**Demonstração dos Resultados Por Funções  
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.10	31.Dez.09
Outros rendimentos		64,331.87	11,042.86
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		304,374.16	266,087.47
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		5,863.49	- 47,503.34
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>- 245,905.78</b>	<b>- 207,541.27</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		- 246,614.30	- 208,046.20
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>708.52</b>	<b>504.93</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>		<b>- 708.52</b>	<b>- 504.93</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado por Acção</b>			

Olhão, 11 de Março de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(TOC2212)

A ADMINISTRAÇÃO

*Adriana Costa*  
*[Signature]*  
*[Signature]*



## SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA

### Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2010

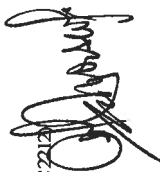
(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital								
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	
1	14,850,000.00	-	-	- 57,874.18	2,293,973.48	-	17,086,099.30	
Alterações no período								
	-	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	-	
13	-	-	-	57,874.18	3,237,262.73	-	3,295,136.91	
2	-	-	-	57,874.18	3,237,262.73	-	3,295,136.91	
3						-	-	
Resultado Líquido do Período								
Resultado Integral								
4 = 2 + 3						-	3,295,136.91	
Posição no Fim do Período 2010								
6 = 1 + 4	14,850,000.00	-	-	-	5,531,236.21	-	20,381,236.21	

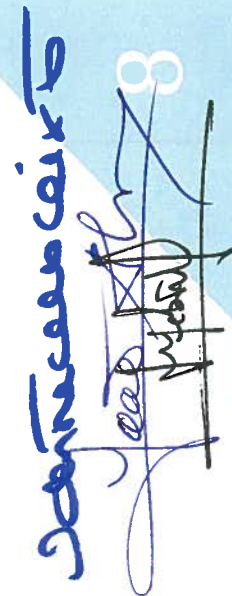
Oslo, 11 de Março de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(TCC 2212)



A ADMINISTRAÇÃO



**SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S. R. V. R. FORMOSA, SA**

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2009**

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio

***Ciãhã, 11 de Março de 2011***

OTÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

## A ADMINISTRAÇÃO

*[Handwritten signature]*

1999

Handwritten signature: *[Signature]*

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

## **SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSAS. R. V. R. FORMOSA, SA**

### **Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010**

(Valores expressos em euros)

#### **1. Nota introdutória**

A Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA foi constituída em 03 de Junho de 2008, tem a sua sede no Parque Natural da Ria Formosa, Chalé João Lúcio, em Olhão. A Sociedade tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respectivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das acções estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção. Tem ainda por objecto a realização de projectos e acções que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui acções de protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de actividades tradicionais ligadas aos recursos da Ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado

#### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

##### **a) Referencial Contabilístico**

Em 2010 as demonstrações financeiras da Polis Litoral Ria Formosa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) foram registados em capitais próprios e estão descritos no quadro que segue, no qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2009).

A reconciliação entre o capital próprio e os resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2009, obtidos de acordo com o normativo POC e os respectivos montantes obtidos de acordo com as NCRF é apresentada como segue:

Reconciliação do Capital Próprio	31-Dez-09	1-Jan-09
Capital próprio POC	22,442,125.82	22,442,125.82
1. Subsídios de Investimento	2,293,973.48	
2. Capital não Realizado	- 7,650,000.00	- 7,920,000.00
Capital Próprio NCRF	<b>17,086,099.30</b>	<b>14,522,125.82</b>
Reconciliação do Resultado	-	
Resultado líquido POC	-	
Resultado líquido NCRF	-	

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal como referido na nota 2 h) seguinte está prevista a dissolução da sociedade em 31 de Dezembro de 2012.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos" (Nota 3.9).

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **h) Derrogação das disposições do SNC**

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC que afecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

Salientamos o facto da actividade da empresa ser desenvolvida no período compreendido entre a data da sua constituição e 31 Dezembro de 2012, que como previsto nos seus estatutos, corresponde á data de dissolução da sociedade.

A Sociedade tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respectivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das acções estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

Tem ainda por objecto a realização de projectos e acções que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui acções de protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de actividades tradicionais ligadas aos recursos da ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

No âmbito da actividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., os subsídios para investimento serão contabilizados por cada programa operacional / eixo, à medida que sejam solicitados os respectivos pedidos de co-financiamento. Assim, face a adopção da política contabilística, foi adoptada a nota sobre os critérios Contabilísticos da Polis emanada pela C. N. Contabilística, adaptando-se o critério de reclassificar os resultados entre os custos e os proveitos de funcionamento por naturezas para Imobilizado no final, e rateados por projecto de acordo com o critério definido que denominamos de lucro nulo.

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### **3.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Polis Litoral Ria Formosa, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.



### 3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	3 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Face à especificidade da actividade da empresa, foram registadas em Investimentos em curso as obras e projectos desenvolvidos pela Sociedade Polis, que aquando da dissolução da sociedade serão atribuídas às entidades beneficiárias. De igual forma as participações recebidas a título de subsídios para essas obras e projectos, serão diferidas até à dissolução da sociedade.

### 3.3. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12.5% sobre a matéria colectável até 12.500 euros, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2010 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Tendo em consideração a actividade específica da empresa, nomeadamente quanto aos critérios adoptados para o registo de activos fixos tangíveis e correspondentes subsídios para investimentos explicados na anterior nota 3.2, e a adopção do critério do lucro nulo conforme explicado na nota 2 h) não se considera aplicável nestas componentes o registo de impostos diferidos.

Apesar de apresentar Resultado Líquido do Exercício nulo, foram calculadas as tributações autónomas, que correspondem ao imposto contabilizado, cujo montante foi 708,52€.

### 3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

### 3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

### 3.6. Capital social

As acções ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

### 3.7. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

### 3.10. Subsídios

Os subsídios atribuídos à Sociedade, a fundo perdido, para financiamento de Investimentos em Curso, são registados como Subsídios, na rubrica de Outras Variações no Capital Próprio, a partir do momento da apresentação dos pedidos de pagamento, para os quais a respectiva candidatura se encontre aprovada.

### 3.11. Resultado das Operações do Exercício

Conforme referido na Nota 2 h), as demonstrações financeiras não apresentam os resultados das operações do exercício, os quais são reclassificados para Investimentos em Curso, atendendo às características específicas das Sociedades Polis.

Deste modo, os réditos de funcionamento e os gastos de funcionamento são registados no decorrer do exercício de acordo com a sua natureza, nas respectivas contas que concorrem para a Demonstração dos Resultados. No final de cada exercício, o resultado apurado é ajustado para a rubrica de Trabalhos para a Própria Empresa e Investimentos em Curso, valores para rateio, em subcontas devidamente identificadas, de forma a apurar um Resultado Líquido do Exercício nulo. No final, os valores constantes dessa conta do activo, vão ser rateados pelos vários projectos, de acordo com os critérios estabelecidos e constantes da Nota 2 h).

## 4. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2010 e de 2009 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2009						
	Saldo em 01-Jan-09	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-09
<b>Custo:</b>						
Equipamento administrativo	138.70	27,268.60	-	-	-	27,407.30
Investimentos em curso	2,056,956.70	2,548,173.89	-	-	-	4,605,130.59
	<b>2,057,095.40</b>	<b>2,575,442.49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4,632,537.89</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Equipamento administrativo	-	2,876.98	-	-	-	2,876.98
	<b>-</b>	<b>2,876.98</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2,876.98</b>

31 de Dezembro de 2010

	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-10
<b>Custos</b>						
Equipamento administrativo	27,407.30	2,052.41	-	-	-	29,459.71
Investimentos em curso	4,605,130.59	8,544,366.22	-	-	-	13,149,496.81
	<b>4,632,537.89</b>	<b>8,546,418.63</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13,178,956.52</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Equipamento administrativo	2,876.98	5,311.52	-	-	-	8,188.50
	<b>2,876.98</b>	<b>5,311.52</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8,188.50</b>

## 5. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Clientes conta corrente / Participações	-	611,764.39	-	68,796.82
	-	<b>611,764.39</b>	-	<b>68,796.82</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>611,764.39</b>	<b>-</b>	<b>68,796.82</b>

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
<b>Clientes</b>				
Clientes conta corrente	611,764.39	-	68,796.82	-
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	<b>611,764.39</b>	<b>-</b>	<b>68,796.82</b>	<b>-</b>

## 6. Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos efectuados a fornecedores por conta de encomendas a satisfazer.

## 7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-10	31-Dez-09
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	49,985.16	41,683.54
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	55.37	55.37
	<b>50,040.53</b>	<b>41,738.91</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	708.52	487.53
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	451,800.73	30,289.95
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	4,623.00	2,157.00
Segurança Social	4,224.04	3,632.72
	<b>461,356.29</b>	<b>36,567.20</b>

## 8. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outros	-	2,855,710.97	-	189,491.56
	-	<b>2,855,710.97</b>	-	<b>189,491.56</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<b>2,855,710.97</b>	-	<b>189,491.56</b>

OS valores a receber correspondem na sua grande maioria a subsídios para financiamento de investimentos em curso.

## 9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
<b>Diferimentos ( Activo)</b>		
Seguros pagos antecipadamente	848.32	722.39
Outros gastos a reconhecer	4,348.10	5,831.37
	<b>5,196.42</b>	<b>6,553.76</b>
<b>Diferimentos ( Passivo)</b>		
	-	-



## 10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Caixa	14.03	44.55
Depósitos à ordem	3,148,541.79	2,607,470.01
Depósitos à prazo (i)	3,552,735.34	10,036,000.00
	<b>6,701,291.16</b>	<b>12,643,514.56</b>

(i) Esta rubrica regista um depósito a prazo foi constituído em 02 de Dezembro de 2010, com uma maturidade de 30 dias e com o pagamento de juros mensal à taxa de 4%. De acordo com as condições contratuais, este depósito tem carácter renovável com periodicidade mensal.

## 11. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital da Empresa, totalmente subscrito, era composto por 22.500 acções com o valor nominal de 1.000 euros cada. Nesta data apenas está realizado 14.850.000,00€.

### Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2010, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Instituto de Gestão da Tesouraria e do Credito Publico	63%	14,175,000.00
		-

## 12. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 13 de Dezembro de 2010, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, tendo o resultado líquido sido nulo.

Os Resultados Transitados de anos anteriores foram reclassificados para Investimentos em Curso conforme critério valorimétrico adoptado referido nas notas 2 h) e 3.11.



### 13. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	- 263.96	-
Subsídios	5,531,500.17	2,293,973.48
	<b>5,531,236.21</b>	<b>2,293,973.48</b>

### 14. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	2,191,266.99	-	398,098.50
Outros Credores	115,984.99	10,906.08	-	45,567.42
Outras contas a pagar	-	194,434.16	-	-
	<b>115,984.99</b>	<b>2,396,607.23</b>	<b>-</b>	<b>443,665.92</b>

### 15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Fornecedores conta corrente	39,808.00	14,400.94
	<b>39,808.00</b>	<b>14,400.94</b>

	31-Dez-10		31-Dez-09	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores	39,808.00	-	14,400.94	-
Fornecedores conta corrente	<b>39,808.00</b>	<b>-</b>	<b>14,400.94</b>	<b>-</b>

## 16. Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos incorridos no exercício que foram capitalizados para imputação posterior, aos diferentes projectos, de acordo com os pressupostos que vierem a ser aplicados.

## 17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Serviços especializados	136,388.26	55,515.75
Materiais	6,845.30	11,341.97
Energia e fluidos	3,637.61	1,044.89
Deslocações, estadas e transportes	141.05	-
Serviços diversos	28,255.74	25,180.95
Comunicação	20,928.81	15,495.42
Rendas e Alugueres	3,506.52	1,895.11
Outros	3,820.41	7,790.42
	<b>175,267.96</b>	<b>93,083.56</b>

## 18. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Remunerações dos órgãos sociais	43,705.00	41,850.00
Remunerações do pessoal	68,394.03	102,931.16
Encargos sobre remunerações	15,783.19	23,645.03
Seguros	833.98	550.69
Outros gastos com pessoal	390.00	931.00
	<b>129,106.20</b>	<b>169,907.88</b>

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2010 foi 6 e no exercício de 2009 de 4. Conforme deliberação da Administração, os custos com o pessoal directamente afectos ao desenvolvimento dos projectos, são imputados aos respectivos projectos.

## 19. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Rendimentos suplementares	31,149.13	11,025.00
Outros rendimentos e ganhos	997,882.33	57,198.55
	<b>1,029,031.46</b>	<b>68,223.55</b>

A rubrica de outros rendimentos e ganhos corresponde a comparticipação do Município de Tavira para realização de obra específica.

## 20. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Impostos	551.77	219.05
Outros gastos e perdas	997,882.35	57,198.07
	<b>998,434.12</b>	<b>57,417.12</b>

A rubrica outros gastos e perdas referem-se a custos suportados para realização de obra específica que foram debitados ao município de Tavira.

## 21. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-10			31-Dez-09		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	5,311.52	-	5,311.52	2,876.98	-	2,876.98
	<b>5,311.52</b>	<b>-</b>	<b>5,311.52</b>	<b>2,876.98</b>	<b>-</b>	<b>2,876.98</b>

## 22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2010 e de 2009, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-10	31-Dez-09
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	246,866.64	208,417.71
	<u>246,866.64</u>	<u>208,417.71</u>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	- 22.50	-
Outros gastos e perdas de financiamento	- 229.84	- 371.51
	<u>- 252.34</u>	<u>- 371.51</u>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>246,614.30</b>	<b>208,046.20</b>

## 23. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

## 24. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2010, a Empresa não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2010.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.





# III.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

---

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **Introdução**

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de Balanço de 23.394.993 Euros e um total de Capital Próprio de 20.381.236 Euros, incluindo um Resultado Líquido nulo (zero Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos que constituem o referencial contabilístico (conforme descrito nas notas 2 e 3 do Anexo) e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras, não nos competindo pronunciar sobre a adequação do referencial contabilístico adoptado face ao objecto da entidade e à especificidade das suas operações.

### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.





5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o referencial descrito nas notas 2 e 3 do Anexo.

### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante no Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

### Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1. A **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA** foi constituída em Junho de 2008, com um capital subscrito de 22.500.000 Euros encontrando-se realizados apenas 14.850.000 Euros. Está prevista a dissolução da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012.

9.2. Considerando a natureza não lucrativa da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, a sua actividade específica, e de não existir no normativo nacional nem nas disposições subsidiárias do IASB, um referencial específico a este tipo de sociedades, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral de Accionistas, que a contabilização das operações realizadas conduzirá à imobilização dos investimentos, ao diferimento dos subsídios associados a esses investimentos, e a um resultado líquido nulo por diferimento dos saldos das contas de proveitos e de custos.

Faro, 22 de Março de 2011



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),  
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda



# IV.

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



**DFK & Associados**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Rua Ferreira Lapa, n.º 16 - B  
1150-158 Lisboa, Portugal  
Tel: 351 21 324 34 90 Fax: 351 21 342 01 48  
e-mail: dfk.lisboa@dfk.com.pt

Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23 - A  
8000-334 Faro (Algarve), Portugal  
Tel: 351 289 805 544 Fax: 351 289 801 330  
e-mail: dfk.faro@dfk.com.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2010, a actividade da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa—Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Empresa. Entendemos referir que o capital deveria ser realizado nos termos previstos aquando da constituição da sociedade.

Assim, somos de parecer:

**Primeiro** - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, e o Anexo apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

**Segundo** - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Faro, 22 de Março de 2011

**O FISCAL ÚNICO**

Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),  
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.



## RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmos. Accionistas e Conselho de Administração da  
**Sociedade Polis Litoral Ria Formosa–Sociedade para a Requalificação e  
Valorização da Ria Formosa, SA**

### INTRODUÇÃO

1. No contexto das nossas funções de Revisores Oficiais de Contas da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa–Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, designada no presente relatório pela forma abreviada de Polis Litoral Ria Formosa ou simplesmente por Empresa, procedemos nesta fase, à revisão geral da informação contabilística e financeira do período de 12 meses findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. No âmbito da estratégia e planeamento definidos para a Revisão Legal de Contas do exercício de 2010, procedemos ao trabalho intercalar e à preparação dos pedidos de confirmação de saldos e outras informações (circularização).
3. O trabalho foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, enquadrando-se na estratégia e planeamento definidos para a Revisão Legal das Contas do exercício de 2010.

### ÂMBITO DOS TRABALHOS

4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
  - 4.1. Reuniões com a Administração e outros responsáveis e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
  - 4.2. Apreciação da consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
  - 4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
  - 4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria.





## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5. No âmbito do trabalho desenvolvido, identificámos a seguinte situação para a qual chamamos a Vossa atenção:

- 5.1. Foi prevista a realização do capital da sociedade no montante total de 22.500.000 euros em várias tranches, verificando-se um atraso na realização de parte dessas entradas, pelo que estão ainda por realizar 7.650.000 euros.
- 5.2. Considerando a actividade específica da Sociedade, e de não existir no normativo contabilístico um referencial específico para este tipo de sociedades, foi considerado adequada a capitalização nos investimentos realizados de gastos com pessoal directamente afectos á execução e desenvolvimento dos projectos, conforme descrito na nota 18 do Anexo.

## NOTA FINAL

Ao finalizarmos esta fase do nosso trabalho não queremos deixar de agradecer a cooperação e os esclarecimentos prontamente prestados pelos colaboradores das Entidades com quem contactámos no decorrer do nosso trabalho.

Encontramo-nos ao vosso dispor para o eventual esclarecimento de qualquer dos assuntos mencionados no presente relatório.

Com os nossos melhores cumprimentos

De V.Exas.  
Atentamente,

Faro, 22 de Março de 2011



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),  
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda.

